

TEMPO DE REVOLUÇÃO

29 DE MARÇO DE 2022

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI)

EDIÇÃO 17

Unidade para salvar o capital



Novo Ensino Médio:
Propaganda *versus* realidade
Pg 04

Centenário de fundação do PCB,
lutas operárias e os impactos da
Revolução Russa no Brasil
Pg 11

Eleições, a volta do Fora Bolsonaro e a busca pela unidade nacional

O Instituto Datafolha divulgou na última semana uma nova pesquisa em que aponta Lula (PT) na liderança da corrida eleitoral com 43% das intenções de votos e Bolsonaro (PL) em segundo com 26%. Na sequência, estão os candidatos que tentam aparecer como a terceira via Sérgio Moro (Podemos, 8%) e Ciro Gomes (PDT, 6%).

Apesar das análises dos principais jornais burgueses destacarem uma recuperação, mesmo que pequena, de Bolsonaro, as pesquisas também mostram que 68% dos entrevistados dizem que governo Bolsonaro tem responsabilidade pela alta nos preços dos combustíveis e 75% o responsabilizam pela alta da inflação e o descontentamento é declarado até pela base do presidente. Ainda é preciso acrescentar nessa conta o impacto das revelações sobre o favorecimento dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura na distribuição de verbas do Ministério da Educação (MEC). Mesmo com a demissão do ministro Milton Ribeiro, manobra realizada para blindar Bolsonaro, o estrago já foi feito.

A vantagem de Lula sobre seu rival é mais uma evidência de que o mandato de Jair Bolsonaro está marcado pela fraqueza, instabilidade, choques com frações majoritárias da burguesia e o ódio popular. Entre os dias 25 e 28 de março, a hashtag #forabolsonaro esteve entre as mais utilizadas durante o festival de música Lollapalooza e inúmeros vídeos de manifestações de artistas e participantes do evento tomaram as redes sociais.

No entanto, se por um lado, vemos a radicalização de uma ampla camada da sociedade e demonstrações públicas



Alckmin em cerimônia de filiação ao PSB

de rejeição a este governo, por outro, assistimos o papel cada vez mais covarde e conciliador por parte das direções que são defensoras mais ferrenhas do capital do que os próprios capitalistas.

O PSOL, o PT e as federações partidárias

No dia 21 de março, Guilherme Boulos, principal candidato do PSOL ao governo de São Paulo, abandonou a disputa para favorecer Fernando Haddad (PT) que segue melhor colocado nas pesquisas de opinião. [Ele declarou em seu Twitter](#) que será candidato a Deputado Federal para “ajudar a construir uma grande Bancada de Esquerda no Congresso”, já que o grande problema é que hoje “o Centrão governa o Brasil”.

O fato é que Boulos fez uma troca puramente eleitoreira: hoje ele permite que Haddad seja o único candidato da “esquerda” em São Paulo e, em 2024, Lula e o PT o apoiam

na corrida pela prefeitura da capital paulista.

[Em nossa declaração de 12 de fevereiro](#), explicamos que a decisão do PSOL de não apresentar uma candidatura à presidência do país revelava “muito de sua adaptação às instituições burguesas, ao jogo eleitoral e parlamentar, à conciliação de classes e ao reformismo. (...) a política defendida por esta direção pouco se diferencia da defendida por Lula e o PT”. O mesmo vale para a retirada de Guilherme Boulos. Sua pos-



Guilherme Boulos

tura nos últimos anos foi a de tentar impedir que a palavra de ordem “Fora Bolsonaro” tomasse grandes proporções e quando aconteceu, Boulos trabalhou para desviar a luta das ruas alimentando a esperança na via eleitoral. Suas afirmações vagas como a de que é preciso unidade para “derrotar os tucanos e o bolsonarismo no estado de SP”, entre outras, são apenas péssimos disfarces para sua real política de unidade com o PT e setores da burguesia para impedir uma

explosão social que possa sair do controle das direções do movimento operário.

Outro elemento desta adaptação do PSOL ao jogo político burguês aparece na proposta de formação das chamadas federações partidárias, “*inovação na lei eleitoral que entra em vigor já nas eleições deste ano, no lugar das coligações para as disputas de cargos proporcionais, abre o caminho para se aprofundar a adaptação do PSOL, diante da possibilidade aventada pela direção de constituição de federação com partidos burgueses. A lei determina uma unidade de ao menos quatro anos entre os partidos que aderirem à federação, com estatuto e programa comuns, além de uma direção nacional própria*”.

“A entrada em federações com partidos burgueses (Rede, PSB, PV etc.) significa, para os partidos que reivindicam da classe trabalhadora, como PT, PCdoB, PSOL, o avanço em direção à dissolução do seu caráter de classe para se integrarem em instrumentos políticos com setores da burguesia”.

Alckmin socialista?

Dois dias após o anúncio de Boulos, Geraldo Alckmin oficializou sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), evidenciando que está praticamente dado que Alckmin será vice de Lula na disputa pela presidência da República, faltando apenas as formalidades. Os acordos e planos estão sendo traçados, o terreno para costurar a unidade nacional por cima se prepara e logo vamos assistir a uma enxurrada de propaganda sobre um suposto passado glorioso, de crescimento econômico e oferta de crédito, por um lado, e por outro, tentarão nos fazer esquecer que Lula terá como

NOTA

vice um dos maiores algozes da classe trabalhadora e da juventude do país. [Para citar apenas alguns exemplos](#), o período em que Alckmin foi governador de São Paulo ficou marcado pelo fechamento de mais de 700 escolas, pelo aumento de 96% da letalidade policial – que também foi responsável pela Chacina de Osasco, em 2018 –, pelas denúncias de fraude no processo de licitação do metrô e o escandaloso desvio de verbas do Rodoanel, entre outros ataques.

No ato de filiação, Alckmin dedicou um tempo de seu discurso para dizer que “Lula é hoje o que melhor reflete e interpreta o sentimento de esperança do povo brasileiro”, reafirmando a necessidade de defesa das instituições por meio da conciliação e unidade nacional. O tempo todo o ex-tucano fez um discurso com afirmações como “*tarefa de governo não é inflamar conflito, é buscar conciliação*”, de que estamos diante de um “*momento de união*”, de retomada do emprego e renda, do combate à desigualdade, ao ódio e intolerância. A fala de Alckmin vai ao encontro com o que planeja Lula e é o desejo de uma camada da burguesia que não vê em Bolsonaro a possibilidade de garantir a aprovação das contrarreformas sem que se intensifique a instabilidade da situação atual.

Quanto ao novo partido de Alckmin, é preciso compreender que de socialista só tem o nome

Quanto ao novo partido de Alckmin, é preciso compreender que de socialista só tem o nome. O PSB nasceu em 1945 a partir de um grupo interno da União Democrática Nacional (UDN) chamado Esquerda Democrática (ED). Esse grupo formava uma oposição burguesa ao governo de Getúlio Vargas e conseguiu se tornar um partido antes de se transformar no PSB. Em 1985, o PSB foi refundado após ser extinto pelo Ato Institucional n.º 2, em 1965.

[Em seu programa](#), o partido defende que seu objetivo “*no terreno econômico, é a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção* (destaque nosso), *que procurará realizar na medida em que as condições do país a exigirem*”. Isto é, o bom e velho reformismo do início do século 20 defendido por Eduard Bernstein, Conrad Schmidt, entre outros, e combatido por Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotsky. A oposição

que os marxistas apresentam à proposta idealista de socialização gradual dos meios de produção é a revolução socialista, algo que não aparece no programa do PSB e nem passa perto da mente de seus parlamentares e filiados.

Mas como será essa transição então? Para o PSB, a resposta é simples: “*ela só deverá ser decretada pelo voto do Parlamento, democraticamente constituído*”. Sem revolução, por meio da “*não-violência ativa*”, o Parlamento irá decretar o fim da propriedade privada dos grandes meios de produção.

Mas se em seu programa o PSB carrega esses traços de um reformismo que não existe mais, na prática estamos falando de um partido burguês que reúne em suas fileiras nomes como Márcio França, Tabata Amaral e agora o tucano Geraldo Alckmin e que não se diferencia em nada dos demais partidos políticos burgueses do país.

Fora Bolsonaro

Apesar dos esforços das direções em frear o ímpeto das massas e da adaptação ao regime, o que vimos no Lollapalooza é que a ira contida pode explodir a qualquer momento. As tentativas de Bolsonaro, por meio do TSE, de impedir as manifestações configurando-as como pré-campanha, só jogaram mais lenha na fogueira e o Fora Bolsonaro foi o principal destaque em um fim de semana que deveria ser apenas mais um. Uma análise de um colunista da Folha de S. Paulo aponta que “*As ruas poderão virar um enorme Lollapalooza*”. e as direções da classe operária sabem e temem essa possibilidade.

Os atos convocados, mas não mobilizados pelas direções, para o 9 de abril podem servir como uma válvula de escape para a indignação. Mesmo que as direções consigam novamente frear as massas e nas eleições de outubro, Lula sair vitorioso, no cenário atual, de crise econômica, rechaço ao sistema e de experiência acumulada com os governos do PT, a paciência das massas será muito menor em um possível novo governo Lula. A luta de classes segue a pleno vapor, antes, durante e depois das eleições.

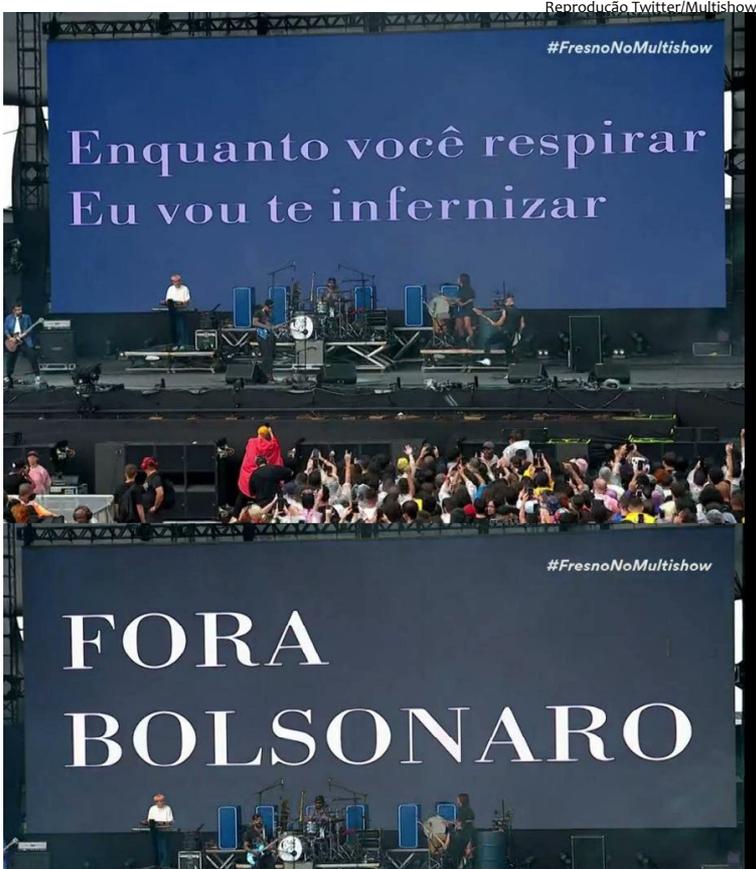
O jornal Tempo de Revolução chega em sua 17ª edição com novidades para seus leitores. Nós ampliamos o número de páginas de 8 para 16 e isso tem relação com seu novo caráter. O novo Tempo de Revolução passa a ter artigos mais aprofundados, teóricos e de análise, dando suporte para as ações práticas, intervenções e campanhas da organização.

As editorias anteriormente presentes de Juventude, Sindical, Mulheres Pelo Socialismo, Movimento Negro Socialista, Teoria, CMI continuam, mas com artigos de fundo sobre cada tema, retomando os ensinamentos históricos e das obras clássicas do marxismo.

Nesta edição, nossos leitores poderão conhecer a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os primeiros passos dos comunistas no país; conhecerão Frederick Douglass, revolucionário que participou da Guerra Civil norte-americana combatendo pela abolição da escravidão nos EUA. Também publicamos dois artigos que analisam o Novo Ensino Médio, as principais características e as consequências práticas da aplicação desta contrarreforma em alguns estados. Esses elementos oferecem o suporte teórico para cada militante e ativista que busca organizar a luta pela defesa da educação pública, gratuita e para todos em sua escola ou cidade e apresenta uma série de propostas práticas de ação na luta de classes.

Vamos seguir publicando os principais relatos de lutas importantes dos trabalhadores e da juventude, mas aqueles que buscam conhecer cada combate da Esquerda Marxista e da Liberdade e Luta, convidamos a conhecer e acompanhar nossa página <http://www.marxismo.org.br>.

Em Que Fazer?, o revolucionário russo Vladimir Ilich Lênin compara o jornal com os andaimes que “*se levantam ao redor de um edifício em construção*”, isto é, o Partido. Ser os andaimes ao redor da edificação da organização revolucionária, que irá junto com a classe operária combater pela derrubada do regime do capital, esta é a vocação do jornal Tempo de Revolução.



Além da banda Fresno, outros artistas se pronunciaram contra Bolsonaro

Após dois anos de pandemia, estudantes secundaristas, professores e servidores estão retomando as atividades em modalidade 100% presencial nas escolas. Esse retorno está marcado pela implementação da Reforma do Ensino Médio, sancionada na lei 13.415/2017 pelo governo Temer (MDB), nas escolas públicas e privadas de todo o país.

O Novo Ensino Médio está sendo aplicado com a propaganda de que irá aumentar a grade horária dos estudantes, dar maior flexibilidade na escolha dos chamados “itinerários formativos” e “focos de formação”, possibilitando maior qualidade do ensino, diplomação para o ensino técnico e profissional, além do médio, e que vem para corrigir a generalidade, baixa qualidade, excesso de disciplinas e altos índices de evasão, distorção e reprovação no Ensino Médio.

Essa propaganda vem acompanhada pela aplicação em escolas “modelo”, como, por exemplo, o SESI em parceria com o SENAI que formaram sua primeira turma com o Novo Ensino Médio em 2020 e realizaram uma [experiência “pioneira”](#) dessa aplicação. Os resultados dessa aplicação, eles expõem através de uma pesquisa, na qual concluem que os [“estudantes aprovam projeto piloto do novo ensino médio”](#).

Afirmam:

“A infraestrutura das escolas também colaborou para a percepção positiva do novo ensino médio. Laboratórios de informática, salas de aula, bibliotecas, salas de robótica e as salas SESI

PROPAGANDA X REALIDADE

Na aplicação do NOVO ENSINO MÉDIO

LUCY DIAS

matemática foram os espaços mais bem avaliados, com 69% das respostas indicando um nível superior”.

A propaganda utilizada pelo governo e pelas instituições que apoiam a aplicação do Novo Ensino Médio é falaciosa e não condiz com a realidade da maioria esmagadora das escolas públicas do Brasil, onde estão concentrados os filhos da classe trabalhadora, incluindo aí sua camada mais empobrecida.

Os dois anos de pandemia agravaram as disparidades de ensino e aprendizagem em todo o país. Uma [pesquisa encomendada pelo Itaú Social, Fundação Lemann e o BID](#)

(Banco Intramericano de Desenvolvimento), realizada pelo Data Folha, mostrou que sete em

cada dez pais pedem reforço escolar em língua portuguesa e matemática. A pesquisa aponta uma maior necessidade de atenção às crianças em fase de alfabetização, dentro e fora do ambiente escolar, o que significa uma sobrecarga ainda maior das famílias, seja pagando por aulas particulares de reforço (aqueles que podem), seja tomando a tarefa para si no auxílio às crianças em seu processo de alfabetização, o que sabemos, é uma tarefa hercúlea já que a maioria dos pais não têm formação, tempo e disposição.

Segundo o próprio [Portal do MEC](#), a lei “*dispõe sobre o desenvolvimento de projetos de vida dos estudantes, o que será o momento desencadeador para refletir sobre o que se deseja e conhecer as possibilidades do Novo Ensino Médio. A escola deverá criar os espaços e tempos de diálogo com os estudantes, mostrando suas possibilidades de escolha, avaliando seus interesses e*

consequentemente, orientando-os nessas escolhas”.

Nas escolas que conseguirem “criar os espaços e tempo de diálogo com os estudantes” para a elaboração desses “projetos de vida”, os estudantes deverão “optar” pelas áreas de conhecimento, já com acúmulo de defasagens em conhecimentos básicos, como português e matemática. Mas, na esmagadora maioria delas onde, verdade seja dita, a tratativa dessa orientação para a “escolha” das áreas de conhecimento será apenas formal, estudantes vão “optar” por áreas de conhecimento baseando-se em suas dificuldades ou afinidades, ou seja, baseando-se no acúmulo de defasagens das séries anteriores, agravadas pelas defasagens criadas com o ensino virtual durante a pandemia.

Essas defasagens não poderão ser corrigidas e enfrentadas com os novos cortes na educação promovidos

pelo governo Bolsonaro. O orçamento sancionado para 2022 prevê um corte de 739,9 milhões de reais para o MEC, gerando grande impacto tanto na pesquisa e na educação em nível superior, como na educação básica.

No Novo Ensino Médio, as escolas deverão seguir a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) sendo essa base obrigatória e com carga horária de até 1.800 horas nos três anos e que figuram dentro das seguintes áreas do conhecimento: Matemáticas e suas Tecnologias, Línguas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e da formação técnica e profissional (FTP). A outra parte da formação (que completa a grade horária de 3.000 horas nos três anos, prevista pela LDB) será “flexível”, é o que chamam de Itinerários Formativos, que são, em tese, disciplinas, cursos, oficinas, núcleos de estudo que as escolas terão “autonomia” para decidir quais ofertar.

Abrem-se duas possibilidades igualmente odiosas e de ataque à juventude, ao conhecimento e à educação pública aqui. Por um lado, para que as escolas possam realmente ofertar esses itinerários formativos é preciso de mais investimento: contratação de mais professores, mais e melhor infraestrutura para a realização das oficinas, núcleos e cursos etc. Não há investimento para isso, as escolas estão caindo aos pedaços há algum tempo e du-



rante a pandemia mal conseguiram garantir plataformas, internet e materiais digitais para que os estudantes pudessem seguir seus estudos. Portanto, essa autonomia para a oferta dos itinerários formativos na prática significa não ofertar as 1.200 horas além da BNCC, portanto, uma redução na carga horária e não um aumento, como dizem.

Por outro lado, as 3.000 horas que o estudante tem direito durante o Ensino Médio poderão ser ofertadas às parcerias público-privadas para a realização das oficinas, núcleos de estudo e cursos. Abrindo o caminho para a escola pública transferir dinheiro para a iniciativa privada. Particularmente, a oferta de cursos nesses itinerários formativos abre caminho para o avanço do EaD, para a proliferação das Organizações Sociais (terceirização) e profissionais sem formação superior (notório saber) na educação básica, um ataque aos estudantes e aos professores como categoria.

Ainda na perspectiva da oferta das 1.200 horas com itinerários formativos o que está acontecendo na prática é que os professores estão sendo sobrecarregados e forçados a elaborar um currículo de “aprendizagens práticas e desenvolvimento de habilidades” sem conexão com um conteúdo de fundo, sem a socialização do conhecimento, sem o acompanhamento necessário para a construção do conhecimento ou, para aqueles que se recusam a isso, inventando uma forma de inserir conteúdo no desenvolvimento dessas “competências e habilidades”.

O Novo Ensino Médio tem o foco nas habilidades e competências, mas sem o vínculo com a teoria, com o conhecimento acumulado pela humanidade, sem o conteúdo ou com conteúdo reduzido e

informado superficialmente, as habilidades e competências tornam-se apenas um saber fazer alguma coisa, restringindo ainda mais o ensino precário das escolas a um conhecimento operacional, que nem de longe poderia chamar-se de técnico e profissional, como propagandeiam. Não há nenhuma elevação da qualidade do ensino, pelo contrário. E é claro que uma abordagem assim não tem nenhum potencial para reduzir as distorções (atrasos na formação), reprovações e evasões no Ensino Médio. Na prática está destruindo o ensino público.

Como temos explicado, é um ataque direto da burguesia a educação pública, gratuita e para todos, uma conquista do movimento operário internacional

Haverá mudanças também na execução do ENEM para se adequar ao Novo Ensino Médio. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no dia 17 de março que a prova deixará de ter somente questões de múltipla escolha e redação. Haverá perguntas dissertativas e respostas abertas, representando pelo menos 25% da pontuação final. A primeira etapa do exame será focada na BNCC e a segunda parte focada nos itinerários formativos, baseando-se nas áreas de conhecimento escolhidas pelo estudante no final do terceiro ano. Essas mudanças passam a valer a [partir de 2024](#).

Como temos observado há uma queda enorme na participação dos estudantes no ENEM, justamente pela falta de perspectiva em conseguir uma vaga no Ensino Superior. Em 2014 mais de oito milhões de estudantes se inscreveram para fazer a prova, no ano passado, cerca de três milhões. Em sete anos, CINCO milhões de estudantes desistiram de prestar a prova por não terem perspectiva de passar numa universidade pública! A aplicação no Novo Ensino Médio em todo Brasil aprofundará ainda esse cenário, a perspectiva é desistir da prova ou pagar cursinhos particulares.

Como temos explicado, é um ataque direto da burguesia a educação pública, gratuita e para todos, uma conquista do movimento operário internacional. É um ataque que busca adequar a educação aos interesses da burguesia degenerada e inculta a serviço dos grandes conglomerados da educação privada para lucrarem com a crise econômica.

A Liberdade e Luta defende a educação pública, gratuita e para todos e denuncia o silêncio traidor das direções estudantis e sindicais frente a esse ataque. Hoje a principal campanha da UBES é para que os estudantes tirem o título de eleitor, semeando ilusões no processo eleitoral, nas instituições podres do capitalismo no Brasil e que eleger Lula resolverá os problemas da juventude e da educação. Nada mais falso. Nossa luta contra o governo Bolsonaro e contra os governos estaduais que estão aplicando o Novo Ensino Médio é aqui e agora. Junte-se a nós e mobilize sua escola.



LIBERDADE E LUTA E ESQUERDA MARXISTA ORGANIZAM ATOS CONTRA A GUERRA NA UCRÂNIA

A guerra na Ucrânia continua, milhares foram presos na Rússia por se manifestarem contra a guerra, centenas de civis morreram nos ataques e há relatos dolorosos de estupros, ataques a hospitais e aos corredores humanitários e já estamos falando de milhões de refugiados ucranianos.

A Liberdade e Luta e a Esquerda Marxista estão organizando diversas atividades em todo o país explicando quais são os interesses de Putin, Zelensky e do imperialismo norte-americano nessa guerra que só trará dor e sofrimento aos trabalhadores ucranianos.

Esta é uma guerra reacionária em todos os as-

pectos. Defendemos o fim da guerra, e a organização da classe trabalhadora e da juventude, na Rússia e Ucrânia, contra suas próprias burguesias reacionárias. Os jovens e trabalhadores do mundo também devem se organizar contra essa guerra e denunciar, organizar e mobilizar contra o imperialismo em cada país. O mundo é nosso país! Abaixo a guerra! Abaixo os governos reacionários de Putin e Ucrânia! Abaixo o imperialismo! Desmantelamento da Otan!

Confira no vídeo acima o ato realizado em São Paulo, SP e acesse a [página da Liberdade e Luta no Facebook para ver mais relatos](#).

LEIA TAMBÉM:

REFORMA DO ENSINO: O FIM DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E PARA TODOS

NOVO ENSINO MÉDIO EM SP: UM ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E PARA TODOS

ONDA DE OCUPAÇÕES CONTRA A REFORMA DO ENSINO E A PEC 241

O DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E PARA TODOS - HISTÓRIA E ATUALIDADE



Santa Catarina na vanguarda da destruição de direitos dos trabalhadores em educação

Sob o silêncio do Sinte, governo implementa o Novo Ensino Médio, transforma hora-atividade em ampliação de jornada sem aumento de salário e ataca o Plano de Carreira da categoria

| Corrente Sindical Esquerda Marxista - Joinville

No apagar das luzes de 2021, o governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (Sem Partido, eleito pelo PSL), assinou o decreto 1.659 de 29 de dezembro, que regulamenta o cumprimento da “hora-atividade”. A medida é a nova forma de descumprir/ anular a Lei do Piso do Magistério e massacrar ainda mais os professores do estado.

Ao mesmo tempo, sob o silêncio do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), o governador proliferava na imprensa boca de aluguel de Santa Catarina que nenhum professor ganha menos do que R\$ 5 mil, enquanto destruí a carreira e tentava dividir ainda mais os servidores com abonos distintos entre os ingressantes e servidores com 10, 20 anos de carreira. Além disso, como se fossem culpados pela pandemia, congelou qualquer progressão na carreira entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, voltando a contar somente em 2022.

Em fevereiro deste ano, Moisés começou a entregar outro presente de grego aos professores: um notebook. Ou seja, ao mesmo tempo em que aumenta a carga horária sem remuneração, entrega “presentes” e, assim, justifica que as condições estão dadas.

Lembremos, no entanto, que esses equipamentos foram comprados com dinheiro público e que deveríamos tê-los desde sempre. Ou seja, que eles não se enquadram em mérito governamental, mas que estão sendo utilizados como algo extraordinário e

Até o momento, faltam professores e a pressão dos diretores por cumprir a hora relógio aumenta, mas a desgraça sempre une os desgraçados e as escolas estão se transformando em barris de pólvora

que, para nós, se transformará efetivamente no contrário.

Durante a pandemia, todos os professores mingram com aulas remotas sem qualquer condição dada pelo governo, seja aos professores, seja aos estudantes. Foi Santa Catarina também, sob a pressão da

iniciativa privada, um dos primeiros estados a retornar o ensino presencial. O retorno foi imposto em 2022 com lotação total das salas, ignorando que, mesmo antes da pandemia, 30 alunos em uma turma já é algo insano, quanto mais 40, como é a realidade em diversas escolas.

Não fosse muito, há poucas semanas o governo flexibilizou o uso de máscaras para crianças menores de 12 anos, mais uma vez “pressionado” pela iniciativa privada, em total descompasso com a função da escola e ignorando a ciência. Agora, torna facultativo o uso de máscara para todas as idades em todos os locais, colocando em risco a vida de milhares de trabalhadores.

O mesmo descaso foi demonstrado no processo seletivo. Em virtude da propaganda enganosa, milhares de professores se inscreveram e, em seguida, a empresa responsável se retirou. A partir daí, o governo mudou as regras no meio do jogo, reformulando o processo e entregando-o à Acafe. Por fim, depois de um longo período de incertezas e modificação nas regras, reprovou milhares de professores por critérios duvidosos. Muitas dessas regras desclassifica-



tórias nem mesmo constavam no edital, entre elas a reprovação por não colocar título na redação.

Registre-se aqui, esse foi um critério muito peculiar. Em vestibulares a ausência de título costuma resultar apenas no desconto na pontuação e no Enem, por exemplo, ele é opcional. Mas no processo seletivo da rede estadual, ainda que isso não constasse no edital, o critério eliminou o concorrente sem direito à correção do texto. Muito provavelmente, a Acafe não tinha condições de pagar os corretores nem havia profissionais suficientes para a empreitada. Evidência disso é que, na última hora, foram enviados convites aos professores de Língua Portuguesa da própria rede para que corrigissem as redações por cerca de R\$ 2 a correção, valor absurdo

para a tarefa extremamente qualificada. Portanto, eliminar candidatos sem nem mesmo corrigir a redação era um bom negócio.

Hora-atividade: de direito à tortura

Com a obrigatoriedade de iniciar o Novo Ensino Médio (NEM) em todo o território nacional em 2022, o governo aproveita para substituir as horas-aula destinadas a planejamentos por “hora-atividade/ relógio” no formato do decreto. Além disso, atrasa contratações e deixa milhares sem salário no primeiro mês.

Assim, a hora-atividade – que historicamente foi uma luta dos professores pela remuneração do tempo de planejamento, correção de prova e estudo – está sendo transformada em aumento de jornada de trabalho sem

Jornada de trabalho

antes
da 668

Em hora-aula
de 45min

JORNADA DE TRABALHO	AULAS DADAS	AULAS ATIVIDADE
10 h/a	8	2
20 h/a	16	4
30 h/a	24	6
40 h/a	32	8

depois
da 668

Em hora-relógio

JORNADA DE TRABALHO	AULAS DADAS (45MIN)	HORA ATIVIDADE NA ESCOLA	HORA ATIVIDADE FORA DA ESCOLA
10 h/a	8	100 min (2 aulas e 10 min)	100
20 h/a	16	200 min (4 aulas e 20 min)	200
30 h/a	24	300 min (6 aulas e 30 min)	300
40 h/a	32	400 min (8 aulas e 40min)	400

aumento de salário. O que o governo quer é que os professores fiquem na escola à disposição para “planejar e pôr em prática” projetos, com o intuito de propagandar que o miserável NEM está dando certo.

Os profissionais, por sua vez, se desesperam por não terem como cumprir mais 3, 6, 7 horas de trabalho na escola. Assim, de benefício, a hora-atividade/relógio passa à tortura, porque os professores têm vida, filhos, trabalham em duas ou mais escolas, corrigem provas,

atendem alunos, preparam a recuperação e precisam estudar, dormir, comer, como qualquer ser humano. Regredimos a antes de 2011 em termos de tempo destinado ao planejamento. Ou seja, a Lei do Piso, que trata de salário e hora-atividade, não só foi enterrada, como perdemos o direito que tínhamos antes mesmo de ela ser instituída.

O papel dos diretores

Em meio a tudo isso, vimos o governo aprovar uma nova tabela de abono aos di-

retos. Em uma escola com três períodos e com alunos entre 500 e 1,2 mil (que são a maioria), esses profissionais ganham atualmente R\$ 3.201,40 de abono pelo exercício da função. Esse valor soma-se ao salário no valor de 40 horas fechadas, sem precisar pisar na sala de aula, corrigir provas, estudar e organizar diversos tipos de planilhas. Já nas escolas com mais de 1,2 mil estudantes, este brinde é de R\$ 3.783,50, além do salário.

Dessa forma, os diretores passam a fazer e defender o que for preciso para se manterem no cargo. Esquecem rapidamente que receberam o voto dos professores, ainda que esse processo eleitoral seja totalmente enganoso. Como dizem os versos de Mercedes Sosa: “*Si un traidor puede más que unos cuantos/ Que esos cuantos no lo olviden fácilmente*”.

Como até o momento ainda faltam professores, a pressão do governo, por meio dos diretores, para cumprir a hora relógio aumenta. Mas a desgraça sempre une os desgraçados e as escolas estão se transformando em barris de pólvora.

Diante desse cenário, as direções de escola têm agido de diferentes maneiras. Algumas, tentam negociar a portas fechadas em vistas às eleições; outras, falam abertamente “*quem manda sou eu*”; e há ainda as que recorrem ao argumento “*é lei, precisa cumprir, mas também lamento*”.

Mas o que ainda não se viu foi algum diretor colocar o cargo à disposição e dizer “*não vou massacrar meu iguais com a ‘nova norma’*”. Cabe a nós professores desmascarar esses discursos perguntando de que lado eles estão.

Nunca é demais lembrar que até a escravidão já foi lei. Resta-nos a mobilização e a luta, resta-nos nos libertar das amarras, levantar a cabeça e coletivamente ter coragem de enfrentar nossos algozes.

Para entender onde chegamos

No ano de 2008, depois de décadas de luta dos trabalhadores em educação, o governo Lula aprovou a Lei do Piso Nacional do Magis-

tério. Ressaltamos que essa não foi uma bondade do então presidente, pois Lula não podia negar o que passou anos dizendo defender.

Nossa política é pelo convencimento da categoria de que somente a unidade, organização e a luta nas ruas são capazes de trazer dignidade à classe trabalhadora e ao serviço público

No entanto, sua aprovação foi uma manobra, um “cala boca”, como a Esquerda Marxista explicou na época, porque, apesar de aparentemente “maravilhosa”, a lei não previa nenhuma punição aos que não a cumprissem e trazia em si a flexibilidade para que os governos regionais a regulamentassem ao seu bel prazer.

As entidades sindicais por sua vez maquiaram as coisas e comemoraram a lei sem explicar suas armadilhas. Por isso, somente agora que as mazelas estão explícitas, os trabalhadores em educação percebem que a Lei do Piso foi uma mentira bem contada, tamanha eram as possibilidades de burlá-la.

Ainda assim, os sindicatos continuam ou calados ou buscando vias jurídicas, entregando ao Judiciário o papel de legislar por nossos direitos e, obviamente, a oportunidade de enterrá-los definitivamente. Afinal, a

Justiça burguesa nunca esteve ao lado dos trabalhadores.

Lembremos que a Lei do Piso versava basicamente sob dois aspectos (frase que utilizamos no passado, porque, na verdade, ela não existe mais, ou talvez nunca tenha existido):

“§ 1o O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais”.

Aqui, temos a primeira armadilha. O piso no vencimento inicial, como esse parágrafo indica, foi a primeira coisa a ser usada contra os trabalhadores em educação, pois os governadores e prefeitos passaram a dar aumento apenas ao profissional com o menor salário e manter o valor do salário dos demais.

Dessa forma, um profissional com 20 anos de serviço, com formação após a graduação, não recebe aumento, mas os ingressantes sim. Com o passar dos anos, o salário vai achatando e o que era piso passa a ser teto.

Pode parecer óbvio que piso significa salário inicial, mas não é isso que diz a letra da lei. Assim, o piso passa a ser teto. Os governantes modificaram os planos de carreira e garantiram que a lei fosse “aplicada” conforme essa interpretação. Foi o que vimos em Santa Catarina em 2022.

Também por isso, o governo Bolsonaro aumentou o piso em 33,24%, porque sabia que isso não teria impacto real.

Ainda nesse mesmo parágrafo da lei, observamos que está escrito “40 horas semanais”, mas todos sabem que professores não



trabalham por hora semanal e, sim, por hora-aula. O tempo dessa aula varia de estado para estado, e, inclusive, de período para período. Em Santa Catarina, a variação histórica é de 45 a 48 minutos. Portanto, em tese, esse é um direito adquirido, mas agora querem nos impor a aula de 60 minutos.

A título de exemplo, em Santa Catarina a Lei do Piso começou a ser “aplicada” a partir de 2011, após o julgamento da ADIn impetrada pelo governo do estado no STF. Registre-se que, mesmo esse arremedo de lei, foi contestado pelo falecido Luiz Henrique da Silveira que alegava que ela era inconstitucional.

Na época, ela só foi aplicada após a maior greve da história da categoria, em 2011. Mas a vitória foi muito parcial. Houve o achatamento da tabela salarial e, nos anos posteriores, a correção do piso foi concedida na forma de abono somente para os níveis salariais abaixo do piso. Foi nessa greve também que a direção do Sinte massacrou os servidores. Manobrando de todas as maneiras, ela cansou os milhares de servidores e promoveu a discórdia entre os trabalhadores, tanto é que, após isso, houve uma desfiliação em massa do Sinte.

Já o 1/3 de hora-atividade (previsto na Lei do Piso) só foi regulamentado em 2015, com o novo Plano de Carreira (Lei 668), quando o governo transformou nossa jornada de trabalho de hora-aula para hora relógio, com o engodo de que poderíamos cumprir 50% da hora-atividade fora da escola. Na prática, isso significou mais tempo na escola do que antes da alteração, ou seja, foi um aumento de jornada sem aumento de salário.

Naquele ano, também houve uma tentativa de resistência, mas por meio de uma greve que já começou desmontada, com a direção estimulando pequenos grupos mais radicalizados, vendendo a falsa ideia de que o heroísmo individual salvaria a categoria. Na época, fomos a única força política que defendeu o fim da greve e explicou que era preciso retornar ao trabalho e recompor o movimento, pois a greve já não existia,

com apenas 1% da categoria paralisada. Temos a certeza de que nossa posição de dar um passo atrás para depois avançar estava corretíssima e ainda mais certeza de que a verdade é revolucionária, é preciso explicar com todas as letras que uma greve com 1% da categoria só serve aos nossos algozes, porque desmoraliza e divide completamente os trabalhadores mais combativos.

Após esse período, houve mais uma avalanche de desfiliações e uma apatia geral, exatamente da forma que a direção estadual do Sinte trabalhou para que acontecesse. Pois, assim, ela se perpetua no poder, ainda que hoje seja desconhecida pela maioria dos servidores.

Porém, findo o governo Colombo, a Lei do Piso ainda não havia sido regulamentada. E isso é o que agora foi feito pelo governo Moisés.

Relembramos mais um critério estabelecido pela Lei do Piso:

“§ 4o Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o

desempenho das atividades de interação com os educandos.”

O governo de Santa Catarina até aquele momento nunca havia pago 1/3 de hora sem interação com educando e, automaticamente, transformando a hora-aula em hora relógio, passou a “cumprir” a Lei do Piso e garantiu que nunca pagará 1/3 de hora atividade, salvo se revertermos todo esse processo com nossa luta.

Essa foi uma manobra sem qualquer disfarce, mas o Judiciário não vê nenhuma irregularidade e as entidades sindicais recusam-se a fazer a luta. Em uma rápida busca na internet, vemos inúmeros sindicatos com ações dessa natureza. As centrais sindi-

cais e confederações seguem a mesma linha. E se alguma entidade obtém êxito na Justiça, os governos manobram de outro lado, criando uma briga incessante nos tribunais, enquanto, na ponta do iceberg, quem paga é a categoria.

Lembrando que em 2015 também foi alterada a lei do ACT, transformando esses profissionais antes contratados por jornada de trabalho em horistas.

Ainda diante da Lei do Piso, há outra questão: em nenhum momento ela se refere ao local de cumprimento da dita hora-atividade. Isso porque a história nos diz que o professor trabalha em casa, dobrado. Até mesmo nas discussões populares isso é consenso. Portanto, a reivindicação histórica era para remunerar o trabalho que em qualquer país civilizado ou é remunerado ou é chamado de trabalho escravo. Mais uma vez, a lei dava abertura para leituras diversas e rapidamente os governos foram utilizando-a para aumentar a jornada de tra-

Regulamentação em tabela

Lei 668

Jornada de trabalho semanal (1 hora = 60min)	Máximo para interação com educandos	Composição da jornada de trabalho (Professor)		
		Hora atividade	Hora atividade cumprida na escola	Hora aula (45min)
10h (600min)	400min	200 min	100 min	8 (360min)
20h (1200min)	800 min	400min	200 min	16 (720min)
30 horas (1800min)	1200min	600 min	300 min	24 (1080min)
40horas (2400min)	1600min	800 min	400 min	32 (1440 min)

balho, chegando ao cálculo absurdo que Santa Catarina quer implementar em 2022 com a regulamentação da 668. [Veja a tabela.](#)

Como se observa, os cálculos são com aula relógio. Então, no exemplo 1 o professor trabalha 10 horas/aula em cada aula, supostamente fica devendo 15 minutos que serão cobrados como horário a ser feito na escola. Assim, a cada 10, deveríamos ter uma dízima periódica, ou seja, três aulas e mais um pouco vagas, para planejamento a ser cumprindo onde quiséssemos, no local que achássemos adequado. Mas, ao contrário disso, teremos que cumprir 100 minutos na escola para garantir a implementação do Novo Ensino Médio, sem custo ao governo.

E assim continua, com inúmeros acréscimos às funções do professor e com redução de salário, porque se cumprimos mais horas e não recebemos por elas estamos tendo aumento de jornada, sem aumento de salário.

Enquanto isso tudo acontece, a direção do Sinte dá milho aos pombos, iludindo os servidores com o Judiciário e lavando as mãos. Continua falando a frase solta “implementação da Lei do Piso” como se isso não fosse uma falácia. A respeito da regulamentação imoral da Lei do Piso, nenhuma palavra, nenhuma orientação concreta.

Da nossa parte, militantes organizados na Esquerda Marxista, socialistas com fé no futuro da humanidade e na transformação da sociedade, com a certeza de que a categoria tem força e pode modificar esta situação, convidamos todos os servidores a organizarem-se conosco e a fazerem o combate. Isso na nossa categoria, começa por:

1. Formar comitês de luta em cada escola em defesa dos nossos direitos, pela reconstrução do Sinte;

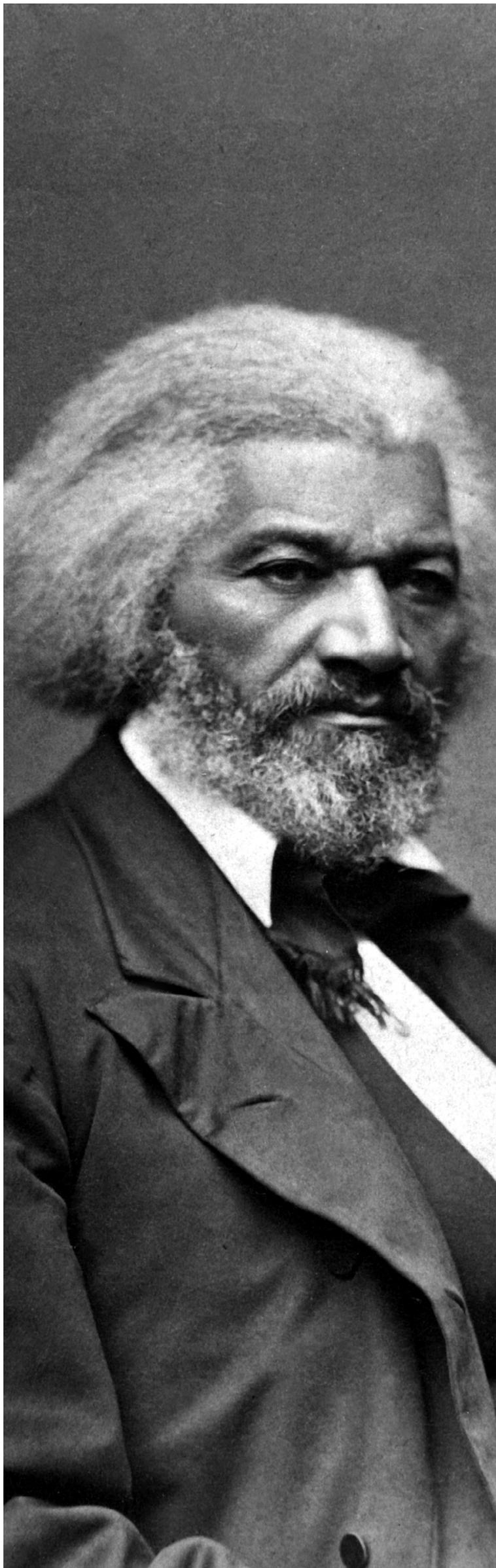
2. Pela revogação imediata do Decreto nº 1.659/2021 e da portaria nº 226/2022;

3. Abaixo a Lei 668/2015, em defesa do Plano de Carreira do magistério catarinense;

4. Denunciar o governo do Estado em todas as esferas, redes sociais, praças e comunidade escolar;

5. Exigir que os diretores “eleitos” se recusem a cumprir o decreto e coloquem o cargo à disposição.





Frederick Douglass, um revolucionário de seu tempo

“Sem luta não há progresso. [...] O poder não concede nada sem demanda. Nunca concedeu e nunca concederá”
(Frederick Douglass, 1848)

| Chico Aviz

Uma ação consequente e revolucionária se faz assertiva quando podemos nutrir essa prática com a devida formação política e histórica. Assim, é crucial conhecermos os processos e os dirigentes das lutas realizadas pelos trabalhadores, nos apropriando desses acontecimentos, principalmente aqueles ocultados pelos historiadores da classe dominante. Um destes exemplos de necessária apreensão é da trajetória de Frederick Douglass (1817-1895), ex-escravizado que, ao fugir do trabalho compulsório, tornou-se um histórico militante revolucionário dos Estados Unidos da América, no século 19.

Os EUA foram a primeira colônia europeia a efetivar uma revolução anticolonial vitoriosa contra a maior potência do mundo no período, a Inglaterra, em 1776. No século seguinte, a segunda revolução americana (1861-1865) desenvolveu as forças produtivas e superou a escravidão no sul do país a partir da atuação revolucionária de pessoas como Frederick Douglass.

Nascido Frederick Bailey, em Talbot County, em Maryland, filho de uma mulher escravizada e um pai branco, que nunca conheceu, este revolucionário foi encaminhado a Baltimore para trabalhar como “negro da casa” de uma família escravocrata, aos 8 anos de idade. Por estar em uma cidade relativamente grande, teve algumas oportunidades de estudo e socialização incomuns para os negros, mas foram chances que duraram pouco tempo devido à proibição de seu

senhor. Seguiu estudando às escondidas, em especial a política da escravidão e das opressões do homem pelo homem. Aos 16 anos, relatou ter realizado com sucesso a primeira reação contra um brutal capataz e aos 21 anos, em 1838, conseguiu escapar da condição de escravo, rumando para Nova Iorque. Em seguida, casou-se com Anna Murray, também uma negra ex-escravizada, radicando-se com ela no estado de Massachusetts.

Diferente dos republicanos burgueses, Douglass, este jornalista e profícuo orador, não ocultou os problemas do Norte e foi contundente ao dar o protagonismo para a ampla e central participação dos trabalhadores nos processos revolucionários dos EUA

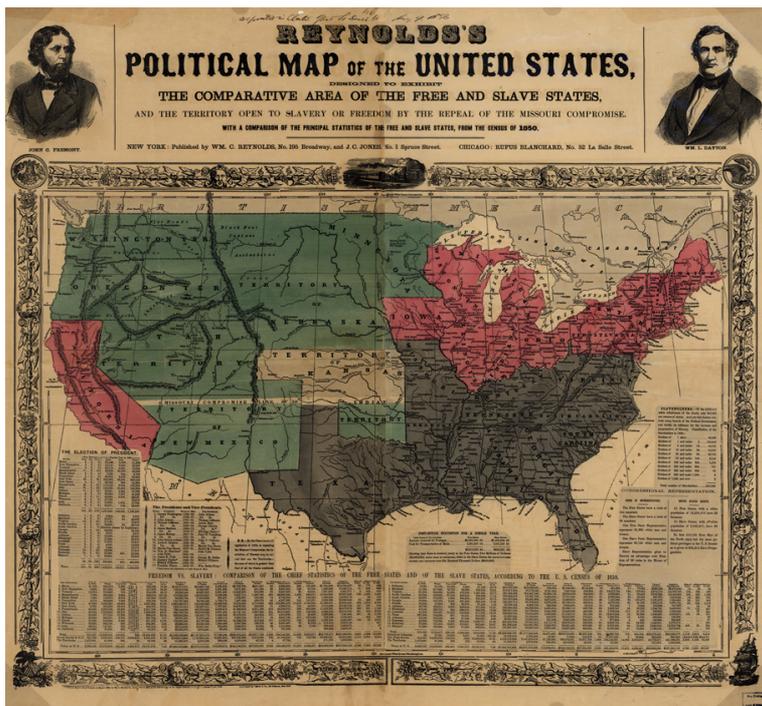
Em 1845, participou de uma convenção abolicionista, em Nantucket, apresentando suas experiências no tempo como escravizado. No mesmo ano, publicou sua autobiografia intitulada “*Narrativa da vida de Frederick Douglass, escravo americano*”. Lançou mais duas obras desse caráter, sendo a segunda “*Minha Escravidão e Minha Liberdade*”,

de 1855, e a terceira “*A Vida e os Tempos de Frederick Douglass*”, de 1881. Como dirigente político também fundou o jornal *The North Star*, em Rochester, auxiliando profundamente na libertação de escravizados que rumavam ao Canadá e a outras regiões norte-americanas, além de exigir o fim do tráfico negreiro e da colonização da África.

Entre 1845 e 1847, Douglass refinou suas posições revolucionárias compreendendo o internacionalismo, quando viajou para a Irlanda e a Inglaterra. Nesse período, identificou com maior precisão a luta entre as classes, não somente na dicotomia entre negros e brancos. Em relação a isso a questão étnico-racial, afirmou que: “*Sem insultos a encontrar – sem preconceitos, tudo é tranquilo. Eu sou tratado como um homem e irmão igual*”.

Mas, comumente, o destacado papel de Douglass é propagado em relação à Guerra Civil Americana (1861-1865), um dos processos mais dramáticos da luta de classes na história e que deve ser visto com a continuidade do processo revolucionário norte-americano. Para além da aparência, esta foi uma guerra entre o capitalismo do Norte, progressista e ilustrado, contra o atrasado sistema de plantações e a força de trabalho escrava do Sul.

Neste contexto, é fundamental lembrarmos o posicionamento de Marx, Engels e da Primeira Internacional quanto à Guerra Civil e à figura de Abraham Lincoln, que, apesar de tê-lo encontrado presencialmente apenas duas vezes, possuía como



conselheiro político o próprio Frederick Douglass. Os comunistas foram partidários e entusiastas do processo pelo rompimento da escravidão e em favor do Norte, descrevendo a república norte-americana como “*um farol de liberdade para toda a humanidade*”.

Na guerra, a composição dos que estavam nos campos de batalha era de trabalhadores comuns. No Norte, locais inteiros de trabalho fecharam durante a guerra pela defesa do exército da União contra a escravidão. Até mesmo alguns revolucionários europeus se uniram ao norte e em seu exército.

Nunca é demais ressaltar que não existe a exclusividade do papel do indivíduo na História, mas sua importância é sempre fundamental. Assim, Lincoln foi pressionado por Douglass e pela ação das massas para a sua radicalização, deixando de lado apenas a defesa legalista e o sufocamento da rebelião do Sul para uma guerra revolucionária com o progressista intuito de destruir e expropriar os escravocratas.

Politicamente, os discursos, artigos e ações de Douglass, como representante direto dos explorados na direção da segunda revolução americana, condicionaram a transformação da consciência em defesa da luta revolucionária de Lincoln, algo como uma guinada à esquerda do republicano. No início do conflito, ele afirmava não querer desencadear uma luta violenta, nem realizar expropriações radicais, mas tudo isso mudou com a força das massas, colocando-o como dirigente revolucionário da guerra civil.

Um exemplo do extraordinário papel de Frederick Douglass nesse momento foi a partir do manifesto “Men of Color, To Arms”, de 1863, no qual exigia à Lincoln que os batalhões armados da revolução recebessem negros, escravizados ou não. Essa era uma questão fundamental pautada por Douglass desde os anos 1840, a autodefesa negra. Podemos sintetizar essa influência de Douglass e das massas quando Lincoln afirmou que: “*não digo que controlei os acontecimentos, mas confesso claramente que os acontecimentos me controlaram*”. Aqui reside a beleza do salto de consciência de um dirigente revolucionário.

É inegável que esta guerra realizou avanços tecnológicos enormes e tinha o Norte como o futuro, a economia e o desenvolvimento deste lado da trincheira. Engels considerou essa como a primeira grande guerra da história contemporânea e, efetivamente, foi o período crucial da revolução democrática e nacional dos Estados Unidos. Em números, significou a libertação de 3 milhões de escravos, sendo que o Sul do país possuía 9 milhões de habitantes, destes, 4 milhões estavam presos ao passado tortuoso do trabalho compulsório e da escravidão. Inegavelmente foi uma expropriação de proporções históricas e positivas. Já para o Sul, os resultados foram devastadores. A pobreza expressou-se com a perda de 2/3 da riqueza da região, com 2/5 de seu gado e maquinário agrícola inexistindo. Entre 1860 e 1870, a riqueza do Norte aumentou em 50% e a do Sul

caiu 60%, além da baixa de 25% da população de homens brancos em idade militar, fora o gasto com os vivos para os cuidados com a saúde.

Diferente dos republicanos burgueses, Douglass, este jornalista e profícuo orador, não ocultou os problemas do Norte e foi contundente ao dar o protagonismo para a ampla e central participação dos trabalhadores nos processos revolucionários dos EUA. Oposição significativa à ideologia burguesa norte-americana que destina os exclusivos louros às figuras liberais das classes dominantes, estas que se dividiam entre o trabalho livre urbano e o trabalho escravo rural. Sem a nevrálgica força dos explorados e oprimidos, nenhum dos indivíduos de destaque da classe dominante norte-americana, como George Washington ou Abraham Lincoln, teriam a possibilidade de dirigir a independência frente o império britânico, bem como no século 19 os burgueses não teriam conseguido derrotar os escravagistas.

Se falamos da radicalização de Lincoln, o mais importante dessa participação efetiva dos trabalhadores foi o enorme salto de consciência da classe explorada e oprimida. Mais uma vez elas se refletiram nos artigos e discursos de Douglass, pois expressavam que as conquistas das revoluções burguesas, principalmente no caso da abolição de 1865, eram importantes, mas insuficientes. Sendo um progressista em seu tempo, Frederick chegou a compreender que a constituição liberal do Estado capitalista e do trabalho livre não significariam para os trabalhadores uma verdadeira liberdade e superação da escravidão. Entretanto, permaneceu com sua ligação umbilical com os burgueses do Partido Republicano, apesar do entendimento que os trabalhadores estariam sob o jugo do assalariamento e das opressões capitalistas.

No Brasil, “Frederico Douglas”, como ficou conhecido, foi publicado em 1883 pela abolicionista Gazeta da Tarde, de José do Patrocínio. O país, junto com Cuba, era o último país escravista das Américas. A obra traduzida de Douglass teve papel importante por estas terras, sendo comparado a uma águia heroica, que tinha

a capacidade de pairar nos altos pontos da sociedade. Suas considerações sobre os países sul-americanos não estavam em suas autobio-

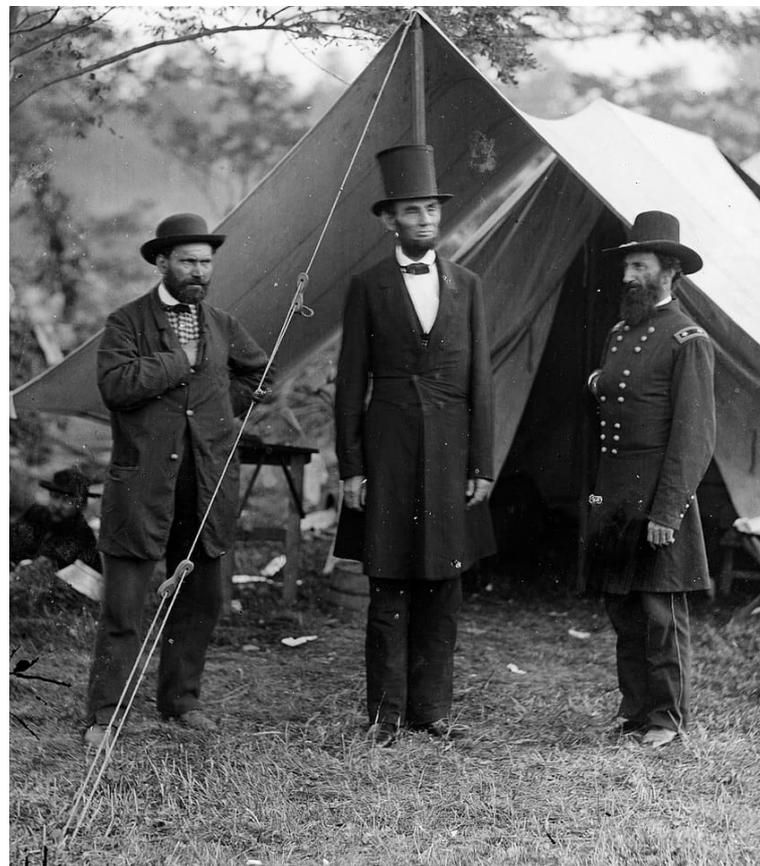
passava a impor agora a prisão das concepções burguesas de liberdade.

Falecido no fim do século, em 1895, faltou-lhe maior clareza para uma luta efetivamente socialista, principalmente por estar, em seus últimos anos, dentro do Estado burguês. Contudo, Frederick Douglass foi uma figura extraordinária de sua geração, possuindo uma vasta obra de artigos, livros e discursos que explicam as conjunturas norte-americanas – e de todo o continente – no século 19. Trata-se de um potente revolucionário que deve ser estudado com atenção e recordado com prestígio pelos trabalhadores de nosso tempo.

Da morte de Douglass até o fim das Leis Jim Crow, setenta anos se passaram com os trabalhadores negros segregados e aviltados brutalmente. Essa demora só nos demonstra que as conquistas são realizadas pela unidade entre a classe trabalhadora, a aliança operária com todos os demais produtores e a juventude, nunca com ações que apartam os trabalhadores por etnias ou culturas. Dessa forma, compreendemos que são histórias e expressões como estas que expõem as tradições revolucionárias dos Estados Unidos, que devem seguir sendo férteis para nossa formação e atuação no presente.

Mais uma vez elas se refletiram nos artigos e discursos de Douglass, pois expressavam que as conquistas das revoluções burguesas, principalmente no caso da abolição de 1865, eram importantes, mas insuficientes

grafias, mas em artigos jornalísticos e alguns discursos. Atento a toda conjuntura, combatia a utilização da ciência pelos burgueses norte-americanos para justificar o racismo e apontava que outras nações escravistas, como o Brasil, poderiam dar a falaciosa impressão de que o Norte dos EUA era uma região muito mais avançada e mais progressista, uma vez que já havia decretado a abolição desde as primeiras décadas do século 19. Na realidade, apesar da abolição e do trabalho livre, o Norte





Há 100 anos, em março de 2022, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB). Embora o partido tenha apresentado diferentes problemas desde a sua fundação, certamente é um importante marco simbólico no processo de construção de um partido revolucionário no Brasil. Neste sentido, é fundamental debater o processo de fundação do PCB, marcado por fragilidades políticas e teóricas dos primeiros militantes e pela influência da burocracia stalinista, que controlava a direção da Internacional Comunista (IC). Em uma avaliação escrita no mês de abril de 1931, Aristides Lobo, um dos fundadores da corrente trotskista, assim descreveu os primeiros anos da construção do PCB:

“O Partido Comunista sofre as consequências de sua moléstia de nascimento. Fundado com esse pomposo nome em meados de 1922, ele não viveu, na realidade, até fins de 1923 senão como um inofensivo ‘grupo de oprimidos’; um ajuntamento heterogêneo de velhos anarquistas. No IV Congresso da IC, era mesmo com a expressão ‘anarquistas do Brasil’ que Trotski, impor-

Os primeiros passos dos comunistas no Brasil

Centenário de fundação do PCB: as lutas operárias e o impacto da Revolução Russa

| Michel Goulart da Silva

tunado pelos apertes idiotas do delegado Canellas, caracterizava os Astrogildos e Paulos de Lacerda. Parte pela extrema penúria ideológica do reduzido número de seus fundadores e parte pela pressão que, em seu nascedouro, sofre da reação policial, chegada ao auge, o Partido Comunista só pôde aparecer verdadeiramente como partido em 1924, isto é, ‘depois da morte de Lenin’.

O processo que levou à fundação do partido foi influenciado pelo impacto da Revolução Russa sobre a consciência dos trabalhadores no Brasil. Embora os detalhes daquele processo fossem pouco conhecidos,

as notícias acerca da Revolução Russa e o debate em torno dela começaram a aparecer na imprensa operária desde 1917. Além disso, o ano foi um marco importante nas lutas operárias ocorridas no país.

O marxismo tinha pouca inserção no movimento operário brasileiro, havendo inclusive interpretações equivocadas sobre o próprio bolchevismo (que foi traduzido como “maximalismo” na época). Na Primeira República, as tentativas de construir organizações socialistas tiveram um caráter reformista, em grande medida sob influência do positivismo ou da Segunda Internacional.

No período anterior à Revolução Russa, não eram encontradas análises teóricas consistentes que se utilizassem do materialismo histórico. Chegavam ao Brasil, em outras línguas, algumas das obras de Marx e Engels, especialmente em francês, fazendo com que suas leituras ficassem restritas a pequenos grupos. Este fator dificultava uma elaboração teórica e política consistente por parte das organizações operárias. Na época, embora alguns socialistas se reivindicassem marxistas, no geral eram partidários de um socialismo reformista influenciado pelo positivismo.

Os anarquistas, por outro lado, se constituíram em uma forte corrente, com grande influência entre os operários. Essa ideologia começou a se difundir no Brasil principalmente por meio de grupos de propaganda e periódicos. Os anarquistas estavam agrupados em correntes bastante heterogêneas. Um dos fatores relevantes na distinção entre elas estava no papel do sindicato no contexto da política de ação direta. Por um lado, alguns setores anarquistas “ *julgavam que os sindicatos, por sua própria natureza, eram reformistas e, portanto, poderiam fazer que a luta por melhorias e reformas acabasse predominando e estancando o processo revolucionário*”. Por outro lado, havia setores entre os anarquistas que “*viam no sindicato seu terreno de ação por excelência, pois ele expressaria claramente os antagonismos de classe, sendo o lugar propício não só para a luta pelas melhorias das condições de trabalho, como também da revolução proletária que poria fim ao capitalismo*”.

Esse debate fez convergir setores do anarquismo com o chamado “sindicalismo de ação direta”, ou



“sindicalismo revolucionário”, que em alguns países se transformou em uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo, constituindo-se num projeto internacional, a partir da década de 1890. No Brasil, surgiu como uma forma de ação sindical envolvendo militantes de diferentes tendências políticas. O sindicalismo revolucionário, tendo como modelo a política adotada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) da França, defendia que se priorizasse os sindicatos como núcleo de organização dos trabalhadores.

Entre 1906 e 1920, essas concepções do sindicalismo revolucionário predominaram nas resoluções dos congressos operários brasileiros. Sem

constituir propriamente uma teoria coesa, o sindicalismo revolucionário foi uma prática sindical adotada pelas federações operárias do Rio de Janeiro e de São Paulo e pela Confederação Operária Brasileira (COB), entre outros. O sindicalismo revolucionário foi a tendência mais influente no movimento operário da Primeira República, seja por conta das organizações nas quais atuou, seja pelo esforço de propaganda de suas concepções por meio de jornais e outras publicações.

Na historiografia produzida acerca do movimento operário no Brasil, tornou-se bastante comum confundir o sindicalismo revolucionário e o anarquismo. Contudo,

percebe-se significativas diferenças entre ambos:

“Enquanto para o anarquismo o sindicato era algo a ser combatido ou instrumentalizado como espaço de propaganda que desapareceria na sociedade futura, assim como todas as outras instituições do mundo burguês, para os sindicalistas revolucionários o sindicato seria a base da sociedade futura, por meio da qual os trabalhadores organizariam a produção e a distribuição das riquezas, substituindo a autoridade e as funções do Estado”.

No Brasil, para a maioria das lideranças anarquistas (que defendia a participação nos sindicatos), não havia incompatibilidade entre seu próprio programa de longo prazo e a adoção do sindicalismo revolucionário na luta sindical cotidiana. O sindicalismo revolucionário se tornou “a forma de ação adotada pelos anarquistas no meio sindical, sem que isso significasse que a atuação desses anarquistas estivesse restrita ao sindicato”.

Os socialistas eram uma corrente minoritária nesse contexto, que se materializou em uma sucessão de partidos de duração efêmera, quase sempre de expressão local, com pouca inserção no movimento operário. Esses partidos expressavam uma ideologia eclética,

marcada pelo forte viés cientificista e positivista.

No Brasil, para a maioria das lideranças anarquistas (que defendia a participação nos sindicatos), não havia incompatibilidade entre seu próprio programa de longo prazo e a adoção do sindicalismo revolucionário na luta sindical cotidiana

Sob influência socialista, nos primeiros anos da República foram criadas, entre outras, organizações como o Partido Operário de São Paulo (1890), o Centro Operário da Bahia (1894), o Centro Socialista de São Paulo (1896) e o Partido Socialista do Rio de Janeiro (1897). Um dos fatores que dificultavam a unidade entre os socialistas era a ação de algumas das organizações socialistas de imigrantes, que agiam como filiais dos partidos dos seus países de origem, muitas vezes sem demonstrar interesse pela unidade com os socialistas brasileiros. Outro aspecto que limitava a ação

dos socialistas passava pela perspectiva de ampliar a participação eleitoral dos operários – com objetivo de encaminhar reformas legais –, em um cenário no qual as condições materiais dos operários os impediam de votar. Com as barreiras de proibição do voto para pessoas analfabetas, além das restrições a mulheres e menores de vinte e um anos, pouquíssimos eram os eleitores. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, nos primeiros anos da República, o número de potenciais eleitores nunca chegou aos 20% da população.

Portanto, o cenário que se tem é de uma forte influência de diferentes correntes, como a anarquista, a sindicalista revolucionária e o socialismo reformista. Essas correntes, como os positivistas e os católicos, participaram da grande onda de lutas ocorrida na época.

No Rio de Janeiro, houve uma série de paralisações localizadas ao longo do primeiro semestre de 1917, com a generalização das greves em julho. Em São Paulo, o movimento grevista demorou mais para começar, mas se intensificou em um período mais curto, com as greves localizadas em junho, sendo seguidas pela greve geral de julho. Em suas memórias, Everardo Dias, um dos participantes do movimento, afirma que “essa greve de 1917, em S. Paulo, tinha sido a demonstração evidente de força e coesão do proletariado. Servira de ensaio, para sopesar forças e dar a esse proletariado a confiança em si mesmo para novas investidas contra a fortaleza plutocrática”.

De forma paralela às mobilizações que vinham ocorrendo em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram desencadeadas greves em outros estados, como Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a partir de julho de 1917. O movimento declinou a partir de fins de outubro, com a entrada do Brasil na guerra, que pesou desfavoravelmente sobre o movimento operário.

Ainda que em 1918 tenha ocorrido certo arrefecimento dos movimentos grevistas, seguiam acontecendo paralisações localizadas e havia o esforço de ampliação e consolidação das lutas iniciadas no ano anterior. Como parte desse movimento, pretendia-se que greves operárias se



combinassem com a tomada de quartéis e prédios públicos. Everardo Dias lembra que “a preparação da greve geral insurgente tomou assim corpo e expansão entre os principais líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e grupos democratas descontentes com a situação do país”.

Contudo, a tentativa insurrecional não obteve êxito, afinal a greve ficou restrita aos metalúrgicos, a parte da indústria têxtil e com adesão limitada dos trabalhadores da construção civil. Por outro lado, a ação junto às forças armadas se mostrou um grande fracasso, pois o contato militar dos conspiradores era um agente infiltrado que manteve a polícia informada de cada passo dos envolvidos. Os líderes do movimento sofreram prisões e processos, entre os quais, militantes anarquistas que se destacavam por sua atuação na imprensa operária e nos sindicatos.

Os movimentos grevistas foram retomados em 1919, quando ocorreram, só no estado de São Paulo, 64 greves na capital e 14 no interior. O ano também marcou o momento em que a repressão ao movimento operário se torna sistemática, vindo acompanhada de uma ofensiva ideológica contra os anarquistas.

Ainda em 1919 houve uma nova tentativa insurrecional, que deveria ocorrer de forma simultânea nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Contudo, antes mesmo que pudesse iniciar efetivamente sua ação, o movimento se viu reprimido pela polícia. Outras greves de caráter reivindicatório se sucederam à tentativa insurrecional, sem, no entanto, apontar como objetivo a derubada do regime político. Segundo Everardo Dias, com o agravamento da repressão,

“Bandos de grévistas, na maioria mulheres operárias em varias fabricas desta capital, dirigindo-se ao largo do Palacio, afim de conferenciar com o sr. secretario da Justiça e Segurança Publica, a quem pediram providencias contra o despropositado aumento dos generos de primeira necessidade.”



Manifestações operárias

FONTE: REVISTA A CIGARRA, 26 DE JULHO DE 1917

“todas as conquistas conseguidas através de lutas ásperas e sacrifícios dolorosíssimos foram sistematicamente eliminadas pelos industriais através de rígidos regulamentos em seus estabelecimentos: um verdadeiro regime de terror, de humilhação, de espionagem, de delação. Sindicatos fechados, jornais de ideias extintos”.

Sob o impacto dessas lutas e das notícias pouco precisas que chegavam da Rússia, foi feita a primeira tentativa de fundar um partido comunista, sob forte influência dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários. Em 9 de março de 1919, no Rio de Janeiro, e em São Paulo no dia 16 de junho do mesmo ano, se deu a primeira tentativa de criação do partido, que, segundo noticiava sua imprensa, “admite em seu seio anarquistas, socialistas e todos os que aceitem o comunismo social”. Esse primeiro partido comunista realizou uma conferência nacional, no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de junho.

Em abril tinham sido expedidas “circulares para todas as localidades do país onde existem grupos comunistas ou militantes comunistas isolados, convidando-os a participarem dos trabalhos dessa conferência, fazendo-se nela representar por camaradas mandados ao Rio especialmente para esse fim”

Em abril tinham sido expedidas “circulares para todas as localidades do país onde existem grupos comunistas ou militan-

tes comunistas isolados, convidando-os a participarem dos trabalhos dessa conferência, fazendo-se nela representar por camaradas mandados ao Rio especialmente para esse fim”.

Estiveram presentes no Congresso, além de militantes do Rio de Janeiro, representantes dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Vinte e dois delegados compareceram à conferência, onde foram aprovadas algumas resoluções. Em uma delas, os presentes afirmavam “a sua calorosa e entusiástica solidariedade com o proletariado revolucionário do mundo, o qual, a esta hora em luta aberta contra o Estado e o Capitalismo, se empenha na imensa e fecunda batalha pela implantação do Comunismo”.

O núcleo do Rio de Janeiro do partido publicou, a partir de 2 de agosto de 1919, o jornal Spártacus, contando entre seus responsáveis com José Oiticica e Astrojildo Pereira. Foram publicados pelo jornal

Spártacus textos de militantes que viriam a participar de organizações comunistas, como Olgier Lacerda, Antônio Bernardo Canellas e Octávio Brandão.

Coube ao núcleo de São Paulo a elaboração do programa do partido, vindo a se noticiar, no começo de agosto de 1919, a realização de “uma numerosa e animada reunião convocada para assentar as bases do programa do partido”. Naquele mês de agosto foi publicado o “Projeto de Programa do Núcleo de São Paulo”, que apontava alguns fins imediatos, entre os quais “promover a propaganda do comunismo libertário”, “fomentar a cultura das classes populares” e “prestar solidariedade às organizações operárias nas suas lutas pelas reivindicações econômicas, política e morais”. Entre os fins econômicos o partido defendia a abolição da “propriedade, rural, urbana e industrial, salvo as pequenas propriedades, as quais serão utilizadas pelos atuais proprietários, se assim julgarem conveniente”. O documento defendia a socialização de terras, fábricas, estradas de ferro, oficinas e meios de transporte. Também afirmava que “a coletividade garantirá a todos os indivíduos, de qualquer sexo ou idade: a manutenção, vestuário, alojamento, assistência, instrução, bem como os instrumentos de trabalho a todos que estejam em condições de trabalho”.

Não demorou para que o partido se dissolvesse, em grande medida por conta das crescentes tensões entre os anarquistas e o governo soviético na Rússia. Apesar disso, a experiência dessa primeira tentativa de formar um partido comunista serviu de base para a criação de grupos comunistas em diferentes regiões do país.

NOTAS

1 Aristides Lobo. A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento. In: Fúlvio Abramo & Dainis Karepovs (org.). Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sunderman, 2015, p. 77.

2 Dainis Karepovs. A classe operária vai ao parlamento: o bloco operário e camponês no Brasil. Alameda: São Paulo, 2006, p. 25.

3 Dainis Karepovs. A classe operária vai ao parlamento: o bloco operário e camponês no Brasil. Alameda: São Paulo, 2006, p. 25.

4 Edilene Toledo. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 14.

5 Cláudio Batalha. O movimento operário na Primeira Re-

pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 30.

6 Everardo Dias. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 86-7.

7 Everardo Dias. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 87.

8 Everardo Dias. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Edaglit, 1962, p. 96.

9 Primeira Conferência Comu-

nista. A Plebe, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1.

10 Primeira Conferência Comunista do Brasil. A Plebe, São Paulo, Ano 3, Nº 18, 21 de junho de 1919, p. 1.

11 Primeira Conferência Comunista. A Plebe, São Paulo, Ano 3, Nº 19, 28 de junho de 1919, p. 1.

12 Partido Comunista do Brasil. A Plebe, São Paulo, Ano 3, Nº 24, 2 de agosto de 1919, p. 4.

13 O Partido Comunista em atividade. A Plebe, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 3.

14 O Partido Comunista em atividade. A Plebe, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 3.

15 O Partido Comunista em atividade. A Plebe, São Paulo, Ano 3, Nº 27, 23 de agosto de 1919, p. 3.

Bolívia, 9 de abril de 1952: Uma “revolução de fevereiro” esquecida?

Pierre Broué

A Bolívia de meados do século 20 era um país arcaico de pobreza espantosa, um daqueles países onde os números e as porcentagens falam por si, e simplesmente enumerá-los é compilar uma terrível acusação.

Quatro quintos dos indígenas não falavam outra língua além do seu vernáculo, enquanto 90% eram analfabetos. Duzentos mil mineiros trabalhavam maltrapilhos no subsolo, em profundidades onde a umidade chegava a 95%, e produziam 90% da renda nacional. Metade estava infectada com sífilis e 60% com tuberculose. Em 1950, os 8% que eram donos de terras e tinham propriedades maiores que 500 hectares (e muitas vezes de milhares de hectares) possuíam 95% do solo cultivável.

O “gamonal”, o grande latifundiário, se beneficiava do trabalho do “colono” durante vários dias da semana sem remuneração, e também sempre que julgasse necessário para obras que considerasse de interesse geral. Dois milhões de camponeses bolivianos viviam “fora da economia monetária”, para usar uma expressão suave e vazia de conteúdo.

Desde a primeira descida ao subsolo, o mineiro podia esperar apenas mais 10 anos de vida à sua frente. Ele não só ganhava apenas o suficiente para alimentar sua família, mas também tinha que comprar o álcool e a droga – a coca – que lhe permitiria continuar nessas condições terríveis. Esses últimos ele comprava no comércio da propriedade, no platô onde ia morrer de tuberculose, silicose, exaustão ou overdose. Então ele pagava com seu sangue e suor os dividendos dos acionistas

das firmas de Hochschild, Aramayo ou Patiño.

O refluxo da revolução, que em geral era inevitável, só poderia ser acelerado nos anos seguintes, depois que o proletariado estivesse desorientado pelas consequências de sua vitória

Antenor Patiño, cujas ações renderam 47% de seu valor nominal, era o verdadeiro governante tanto da Bolívia quanto (em nome do imperialismo) do estanho. Diz-se que ofereceu à princesa Margarida um casaco de pele no valor de 50 mil dólares. Esses homens, capitalistas e donos de grandes latifúndios, escravizadores dos indígenas, eram conhecidos como os “rosca” e usavam o reservatório inesgotável de trabalho formado pelas massas de pobres camponeses à margem da subsistência e da sociedade. Por muito tempo eles controlaram sem dificuldade uma pequena burguesia, da qual tanto necessitavam para seu papel na produção quanto para manter a ordem. Ao todo, cerca de 150 mil pessoas formavam o corpo de eleitores, a “classe política”, para usar esse termo duvidoso em um sentido real.

A Revolução de 9 de abril

O general Antonio Selerme, chefe da polícia, e o general Humberto Torres Ortiz, chefe do Estado-Maior do Exército, decidiram tomar a capital em 8

de abril de 1952. Sua desculpa era que uma insurreição “da esquerda” estava sendo preparada. Eles acreditavam estar apenas realizando uma operação policial, que certamente poderia ser necessária, mas que seria um assunto rotineiro, um pequeno “pronunciamento” segundo a tradição sul-americana. Eles estavam enganados, pois sua iniciativa desencadeou uma revolução. As manifestações operárias de 8 de abril tiveram um desfecho inesperado. A aliança precipitada entre os rebeldes e as chamadas unidades militares “leais” chegou demasiado tarde. Os trabalhadores obtiveram armas e, em 9 de abril, lançaram ataques contra os postos da polícia e do exército. As unidades do exército desmoronaram diante da maré de pessoas que tomou as ruas. Barricadas de trabalhadores foram erguidas por toda La Paz.

Em 9 de abril, os líderes do MNR foram rápidos em anunciar que um novo governo estava sendo formado sob a liderança do exilado Paz Estensoro. Os trabalhadores armados chegaram para exigir que os novos ministros abrissem espaço para três representantes que os trabalhadores já haviam es-

colhido. Muito claramente algo havia mudado no reino do estanho. O que aconteceu foi uma revolução, que passou a ser conhecida como a Revolução de 9 de abril.

Em sua análise da revolução, realizada em 1963, Guillermo Lora, então líder do POR, disse:

“O 9 de abril pode ser considerado a “Revolução de Fevereiro” boliviana se levarmos em conta as diferenças devido às circunstâncias. A semelhança mais notável está em que os trabalhadores fizeram a revolução e que foi o partido político de outra classe que tomou o poder. Em certa medida, a pequena burguesia boliviana desempenhou o papel da burguesia liberal na Rússia. Nossa “Revolução de

Outubro” demorou a chegar. Essa é a diferença que chama a atenção. O refluxo do movimento revolucionário, que dissemos ser apenas temporário, durou muito tempo”.

Catherine e François Chesnais escrevem em sua introdução à tradução francesa do livro de Lora:

“A revolução de abril foi uma revolução genuína. As massas avançaram para a frente do palco com extraordinária determinação e desejo de derrubar definitivamente o domínio da Rosca. Realizaram a atividade apropriada às massas. Através da destruição do “gamonalismo” no campo, bem como da nova experiência política que significou para o proletariado e sua vanguarda, a revolução representou uma ruptura profunda com o passado.

Uma nova etapa na história da luta de classes na Bolívia começou em abril de 1952. Nesse aspecto, abril de 1952 realmente foi



como fevereiro de 1917, incluindo o atraso até outubro na evolução da situação”.

No trigésimo primeiro aniversário da revolução de abril de 1952, e logo após a publicação de um artigo em Informations Ouvrières, intitulado “O paradoxo de fevereiro [1917]”, é interessante tentar explicar por que essa “revolução de fevereiro” surgiu e por que razão a “Revolução de Outubro”, que ela prenunciou, foi adiada por tanto tempo.

A situação econômica, social e política descrita acima deteriorou-se continuamente desde a década de 1920. O preço do estanho caiu, a agricultura estagnou e a pequena burguesia viu fechadas as possibilidades de movimento social ascendente. Uma parte da pequena burguesia deveria servir a “rosca” até o fim, mas a juventude, e principalmente os estudantes, buscavam uma solução por meio do nacionalismo ou mesmo do marxismo e de um movimento operário que dava seus primeiros passos.

A Segunda Guerra Mundial e os desenvolvimentos políticos que a acompanharam aceleraram uma diferenciação política que acabou levando à explosão e à erupção das massas em cena.

As forças que se enfrentaram

Os stalinistas apareceram abertamente em 1926 com uma federação sindical, a CSTB, que estava ligada à confederação liderada pelo agente mexicano de Stalin, Lombardo Tolcano, e depois, em 1940, com um partido, o Partido de la Izquierda Revolucionário (PIR). A partir de 1941, o PIR apoiou o conceito de “unidade patriótica”, ou seja, defendeu os interesses dos “aliados” da burocracia soviética. Enviou seus representantes a governos reacionários, assim como o fez seu partido irmão em Cuba com o governo de Batista. Essa colaboração com o que parecia ser o principal inimigo alienou o PIR de muitos dos seus apoiadores, em benefício do movimento nacionalista.



O MNR foi fundado em 1941 e proclamado como um movimento patriótico de inclinação socialista pela independência da Bolívia. O MNR entrou no governo pela primeira vez após o golpe militar que levou ao poder o Coronel Villaruel, com o objetivo de ganhar um programa de reformas limitadas e particularmente de usar o Estado para criar sindicatos camponeses e a nova organização sindical da FSTMB, que deveria dispor de recursos consideráveis para organizar os trabalhadores.

O MNR beneficiou-se a este nível da resposta das massas que se voltaram para ele devido ao desgosto com a política stalinista clássica do PIR, que apoiava a rosca contra os nacionalistas, a quem tratava como “pró-nazistas”.

No entanto, um setor escapou do controle dos sindicatos do MNR, o dos mineiros de estanho. Durante a década de 1940, um grupo operário formado por militantes do POR, fundado no exílio sob a influência dos trotskistas no Chile e na Argentina para construir a Quarta Internacional na Bolívia, pouco a pouco construiu uma base entre os mineiros.

Foram eles que, em novembro de 1946, conquistaram a Federação dos Mineiros para adotar as conhecidas Teses de Pulacayo com um programa de nacionalização das minas, reforma agrária e sufrágio universal que o MNR se viu obrigado a apoiar.

Já em 1947 o Bloco Parlamentar dos Mineiros era forte o suficiente para eleger quatro deputados, um dos quais era Lora, e dois senadores, um dos quais era Lechin, que durante um período usou a autoridade política do POR para se tornar um destacado dirigente sindical e agente indispensável do MNR à frente da Central dos Trabalhadores Bolivianos (COB).

A central sindical boliviana, COB, foi fundada apenas 11 dias após a vitória nas ruas da Revolução de 9 de abril. A fundação aconteceu por iniciativa de um militante do POR, Miguel Alandia Pantoja. Naquela época, não

era apenas a maior organização de massas do país, mas também um verdadeiro constituinte do duplo poder, com características fortemente marcadas do poder de tipo soviético.

O PIR ficou desacreditado, o MNR foi ultrapassado e forçado a adotar as palavras de ordem do POR para controlar o movimento e a influência do POR foi crescendo. Esses foram os elementos políticos que explicam por que as ações dos generais

em 8 de abril abriram a brecha pela qual se deram o maremoto das massas e que resultou na eclosão da revolução. Nessas condições, no momento em que o programa do POR abriu uma perspectiva de luta não havia aparato contrarrevolucionário capaz de atuar decisivamente como freio.

Paz Estensoro foi recebido com entusiasmo pela multidão quando voltou do exílio. Exigiam a nacionalização das minas e a expropriação dos latifundiários. Ele cedeu e se preparou para contra-atacar.

O contra-ataque do MNR

Há uma lei das revoluções que se aplica de modo geral, mas especialmente em revoluções como a de fevereiro de 1917. Em sua primeira fase, as massas se voltam para as organizações que elas levaram ao



poder, que lhes parecem ser o partido da revolução vitoriosa, que estão no governo e que têm a maior influência de massa.

Apesar das tremendas qualidades do POR, e apesar da sua influência nas regiões mineiras, o fato é que, no início de abril de 1952, era apenas um partido muito pequeno e, sobretudo, carente de recursos materiais. O MNR, por outro lado, era um verdadeiro partido de massas. Gozava do apoio de todas as camadas dirigentes da sociedade, que o viam como seu último defensor, e tinha tudo o que precisava para gozar de uma imagem favorável e dar às massas

a ilusão de ser seu partido, além de uma implantação real na classe trabalhadora.

Quanto ao POR, não entendeu claramente a situação. Mesmo em sua direção, havia alguns que tinham ilusões na ala esquerda do MNR, como Lechin, que a burguesia havia colocado ali para isso mesmo. O POR não propôs o slogan “Todo o poder à COB”. Tropeçava atrás de Lechin, que falava em “controlar” o governo no momento em que o governo excluía sistematicamente a COB dos cargos de poder e estimulava o duplo

processo de integrá-la ao aparato governamental e burocratizá-la.

Logo uma ala revisionista na liderança do POR estava apoiando a ideia de que as massas bolivianas tomariam o poder dentro da estrutura de suas organizações existentes – o que, em termos reais, significava ficar sob a liderança da ala esquerda do MNR.

Essa crise no POR abriu as portas para a política de estabilização e para o contra-ataque do MNR. Em outubro, a nacionalização das minas de estanho, no

momento em que as massas rurais começavam a se movimentar, serviu como um duro freio. Tratava-se da nacionalização com indenização, o que deixava em aberto a possibilidade de retorno à propriedade privada, enquanto a criação da empresa de gestão mista das minas, a Comibol, lançava as bases materiais para a corrupção em larga escala das direções sindicais, que estavam sendo integradas ao Estado sob o pretexto de compartilhar o controle.

O refluxo da revolução, que em geral era inevitável, só poderia ser acelerado nos anos seguintes, depois que o proletariado estivesse desorientado pelas consequências de sua vitória. O

movimento camponês, por sua vez, deslocou-se para a forma burguesa de pequenas propriedades agrícolas.

Trinta e um anos após a Revolução de 9 de abril, não houve um “outubro boliviano”. Isso não pode ser contestado. No entanto, a revolução de 9 de abril sobreviveu na consciência das massas na Bolívia e na América do Sul. Podemos estar convencidos disso pela campanha internacional contra os “trotskistas” na Bolívia nos anos 1960 – leiam o livro de Regis Debray –, pela continuação das tentativas de destruir o POR e as lutas dos trabalhadores e camponeses e pela luta pela Assembleia Constituinte em 1971 – luta que ainda não terminou, como ficou demonstrado recentemente pelo vergonhoso colapso do governo dos generais do narcotráfico, e pela chegada ao poder de Siles Zuazo, braço esquerdo do Paz Estensoro.

Digamos claramente: por trás das derrotas que se seguiram ao “fevereiro” boliviano, em 1971, como em 1952, está a crise da Quarta Internacional. Certamente, não é apenas na Bolívia que a Internacional revolucionária é necessária para a transição vitoriosa de fevereiro a outubro. Mas é porque a Bolívia chegou ao seu “fevereiro” em 1952 que a questão da Internacional apareceu ali de forma tão marcante.

Tradução de Fabiano Leite.
Publicado em marxists.org



NOTAS

1 A distribuição de terras na Bolívia era muito desigual. Em 1950, 615 proprietários com propriedades de 10.000 ou mais hectares detinham 49,6% das terras cultiváveis da Bolívia, enquanto um total de 51.198 proprietários com propriedades de menos de 0,5 hectares detinham 0,23% das terras cultiváveis. A terra era sub-explorada, com uma média geral de 1,9% da terra cultivável sendo usada. Aqueles que possuíam mais de 10.000 hectares usaram apenas 0,5% de suas propriedades, a cifra para aqueles que possuíam menos de 0,5 hectares era de 54,2% (HS Klein, *Prelude to the Revolution*, em JM Malloy e RS Thorn (eds), *Beyond the Revo-*

lução: Bolívia Desde 1952, Pittsburgh, 1971, p42).

2 Gamonal: de gamonito, uma planta parasita que se infiltra nas raízes das árvores e vive de sua seiva. Na Bolívia refere-se àqueles que vivem do trabalho não remunerado dos camponeses, ou seja, os parasitas ricos, ociosos. Colono: um camponês sem-terra que fornece mão de obra agrícola gratuita em grandes propriedades em troca do direito de cultivar algumas das terras.

3 O teor de estanho do minério extraído na mina de Catavi diminuiu de forma constante de 6,65% em 1925 para 1,28% em 1950, e continuou a diminuir depois disso. Apesar do crescente

trabalho necessário para extrair a mesma quantidade de estanho, no período 1950-52 o valor gasto por ano na importação de máquinas de mineração para a Bolívia foi em termos reais apenas 3,3% maior do que em 1925-29 (RS Thorn, 'The Economic Transformation', em Malloy e Thorn, op cit, pp. 170-1).

4 Siles Zuazo liderou o governo do MNR até o retorno de Paz Estensoro da Argentina, tornando-se então vice-presidente.

5 Vicente Lombardo Toledano (1894-1968) foi um proeminente stalinista mexicano e líder sindical que desempenhou um papel de liderança na campanha de calúnias contra Trotsky.

6 Lora afirma que o bloco dos mineiros conquistou sete cadeiras na Câmara dos Deputados e duas no Senado (G Lora, *A History of the Bolivian Labor Movement 1848-1971*, Cambridge, 1977, p253).

7 Uma referência a *Revolution in the Revolution?*, de Regis Debray, Harmondsworth, 1968.

8 Em outubro de 1970, o governo de Alfredo Ovando Candia foi derrubado por um golpe militar, e o novo governo, liderado pelos generais Albarracín, Guachalla e Sattori, foi imediatamente desafiado por elementos burgueses/militares mais radicais em torno de Juan José Torres. Uma grande greve geral derrubou o governo

dos generais, mas os nacionalistas e stalinistas do novo órgão unificado da classe trabalhadora, o Comando Político, deram seu apoio a Torres e teriam aceitado cargos em seu governo se ele não tivesse retirado sua oferta. Um desafio da direita a Torres em janeiro de 1971 foi recebido com um levante em massa da classe trabalhadora, mas, em 19 de agosto de 1971, o general Hugo Banzer Suarez encenou um golpe militar bem sucedido, derrotando a resistência heroica dos trabalhadores e estudantes de La Paz. O POR não desafiou efetivamente as ilusões dos nacionalistas e stalinistas em Torres.